

Aula 00

*CGM-Cuiabá (Auditor Público Interno)
Passo Estratégico de Contabilidade
Pública - 2024 (Pós-Edital)*

Autor:
Alexandre Violato Peyerl

10 de Outubro de 2024

Índice

1) Apresentação	3
2) Noções Gerais - Análise Estatística FGV (nova)	5
3) Noções Gerais - Roteiro de Revisão	7
4) Noções Gerais - Aposta Estratégica	19
5) Noções Gerais - Questões Estratégicas FGV	20
6) Noções Gerais - Questionário de Revisão	42
7) Noções Gerais - Lista de Questões FGV	47
8) Noções Gerais - Gabarito FGV	58
9) Noções Gerais - Referências Bibliográficas	59



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, seja muito bem-vindo ao nosso Passo Estratégico de Contabilidade Pública!

Sou Alexandre Violato Peyerl, Chefe Técnico da Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sou graduado em Administração e pós-graduado em Finanças e em Auditoria e Perícia Contábil. Comecei efetivamente a estudar para concursos no fim de 2014 e obtive várias aprovações, como Banco do Brasil (3º lugar para Curitiba), Analista de Projetos da Área Econômico-Financeira do BRDE (1º lugar geral), Administrador da Itaipu Binacional (2º lugar) e Agente da Fiscalização (Auditor de Controle Externo) do TCE/SP (2º lugar para Registro), onde trabalho hoje. Foi uma jornada árdua, com derrotas e vitórias, mas digo para você, estude muito, dê o seu melhor, pois valerá muito a pena!



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos e nos marque no Instagram:



@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de pessoas!

Bom, feitos os esclarecimentos, vamos descobrir os assuntos que possuem mais chances de cair na nossa prova?



CONTABILIDADE PÚBLICA – INTRODUÇÃO

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Analisando as provas realizadas pela banca FGV desde 2019, temos a seguinte distribuição de cobrança de questões:

Tópico	% de cobrança
MCASP: Procedimentos Contábeis Patrimoniais	26,18
Despesa Pública	23,04
Receita Pública	13,35
Contabilidade Pública: - Noções Gerais: conceito, objeto, campo de aplicação e abrangência	10,86
Introdução DCASP e Balanço Orçamentário	7,07
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público	4,71
Sistemas de Custos	3,93
DFC e DMPL	3,66
Balanço Patrimonial	3,53
Balanço Financeiro	1,83
Demonstração das Variações Patrimoniais	1,83

Em nossa análise incluímos os temas que vêm sendo exigidos na maioria dos editais, para ter uma melhor noção de cobrança. O Sistema de Custos, por exemplo, não é exigido em todos, mas como tem alguma frequência, incluímos na análise também. Alguns outros temas que são cobrados de forma mais pontual, como SIAFI e Sistema de Contabilidade Federal, não incluímos na amostra, pois são menos frequentes.

A FGV também vem cobrando em concursos mais específicos o Manual de Demonstrativos Fiscais, muitas vezes como uma disciplina específica chamada "Demonstrativos Fiscais", motivo pelo qual o incluímos apenas nos cursos em que há previsão no edital ou são mais aprofundados, fazendo uma análise estatística própria sobre ele.



O que é mais cobrado dentro do assunto?

Dentro dos temas trabalhados nesta aula, constatamos a seguinte distribuição de cobrança:

TÓPICO	% DE COBRANÇA
Conceitos, objeto, abrangência e campo de aplicação	81,93
Regime Orçamentário e Regime Patrimonial	18,07



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e compreender os aspectos introdutórios à contabilidade pública, você precisa, basicamente, entender os tópicos a seguir.

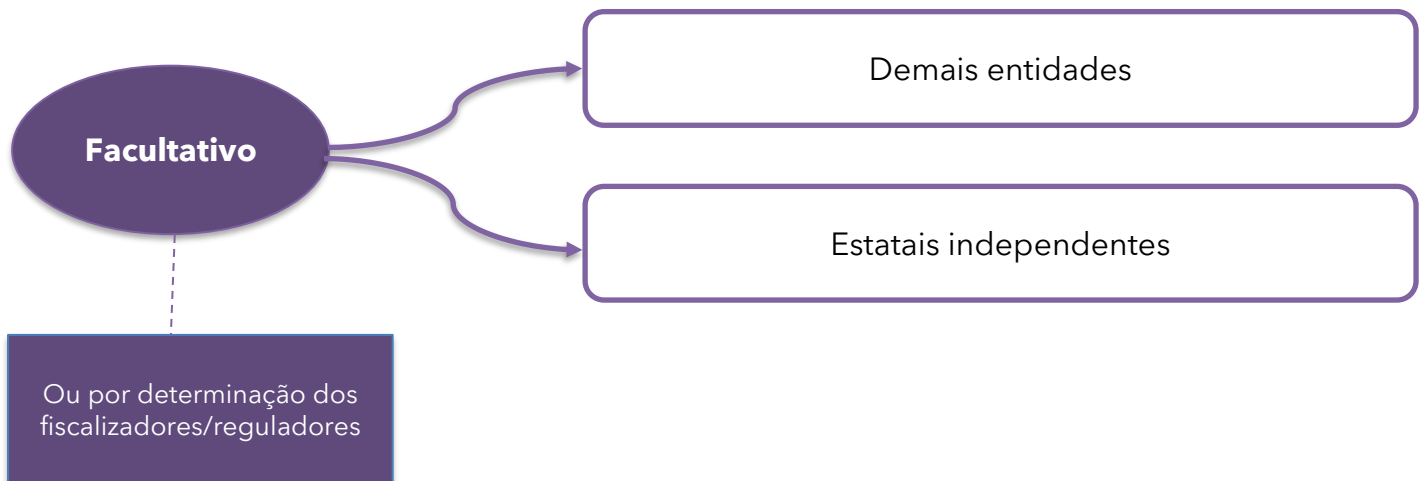
Primeiramente... **Cuidado se você tiver visto este tópico antes de 2016 e estiver revendo agora, bem como ao fazer questões antigas para treino.** Antigamente, conceituação, campo de aplicação, objeto e objetivos estavam na **NBC T 16.1, todavia, esta norma foi revogada** em setembro de 2016 pela NBC TSP Estrutura Conceitual. Aqui no Passo, por ser um material focado em revisão e consolidação do conteúdo, trabalharemos apenas sobre os conceitos vigentes ou, se revogados, ainda válidos ou passíveis de serem cobrados.

Conceito de contabilidade aplicada ao setor público¹: ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.



¹ Ainda que este conceito seja da revogada NBC T 16.1, ele é plenamente adequado ao estudo da nossa disciplina.





É comum que a banca ao invés de utilizar os termos obrigatório e facultativo, pergunte se o campo de aplicação se estende ou não a determinadas entidades. Nesse caso, se for obrigatório, diz-se que se estende, se for facultativo, que não se estende. O fundamento está na NBC TSP Estrutura Conceitual:

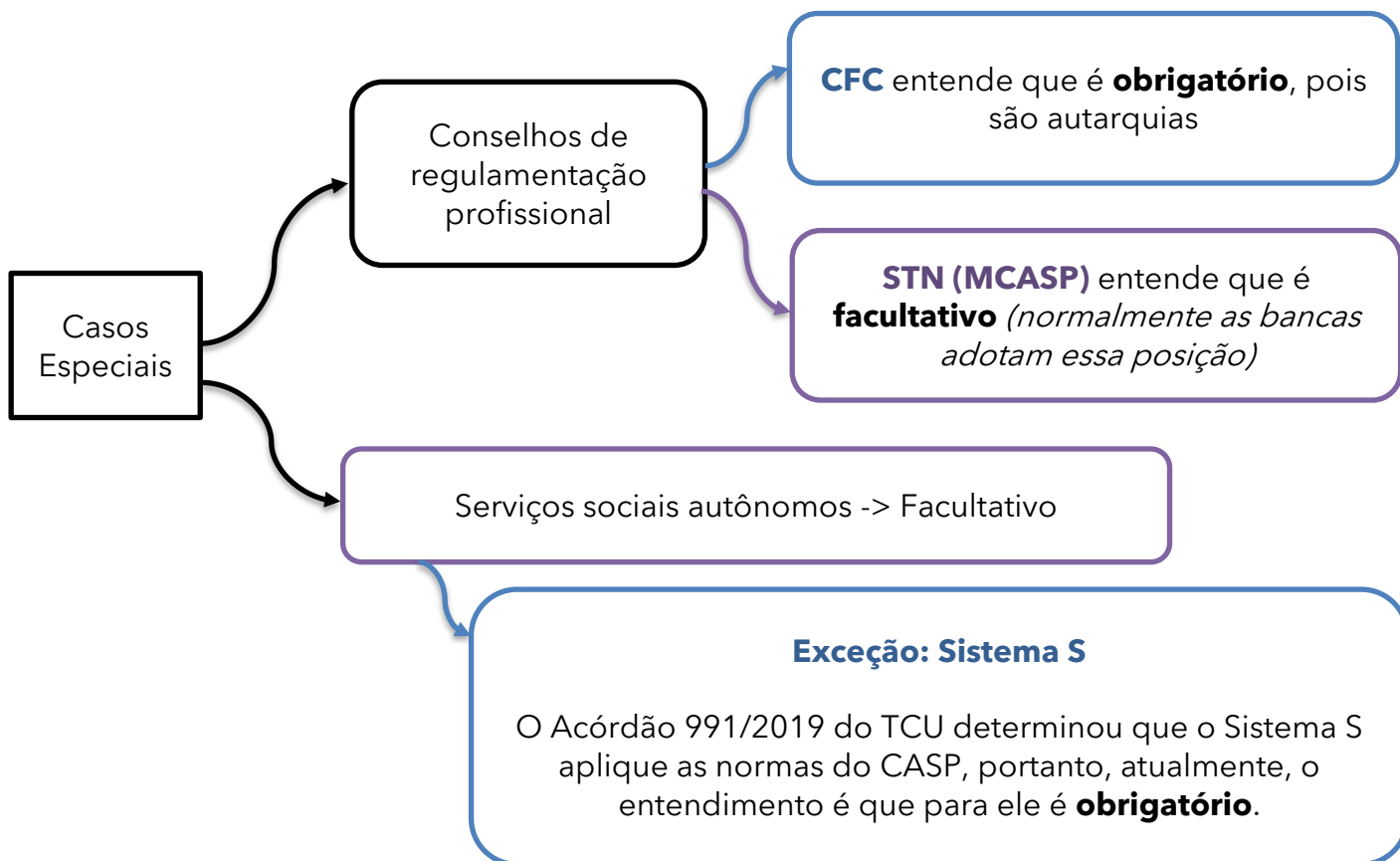
1.8A Esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP **aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público** quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs. Estão **compreendidos** no conceito de entidades do setor público: os **governos** nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus **respectivos poderes** (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (**inclusive as empresas estatais dependentes**).

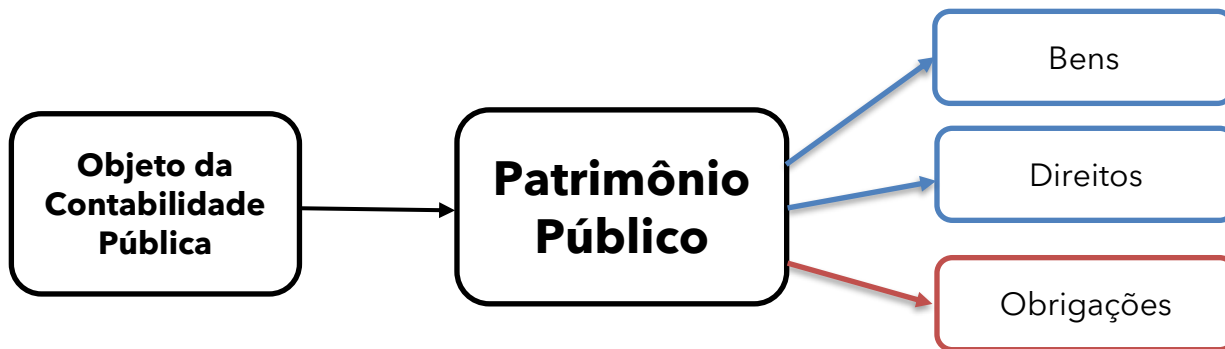
1.8D As **demais entidades** não compreendidas no item 1.8A, incluídas as empresas estatais independentes, **poderão aplicar esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres**.

Muita atenção à diferenciação entre as estatais dependentes e as independentes:

1.8B As empresas **estatais dependentes** são empresas controladas que **recebem do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas** com pessoal, despesas de custeio em geral ou despesas de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

1.8C As **empresas estatais independentes** são todas as demais empresas controladas pelas entidades do setor público que não se enquadram nas características expostas no item 1.8B, as quais, **em princípio, não estão no alcance desta estrutura conceitual e das demais NBCs TSP** (ver item 1.8D).





Patrimônio Público: conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Em relação aos bens públicos, lembre-se dos três tipos e quais são controlados pela contabilidade pública:

- **Bens de uso especial** - utilizados pela administração pública para atingir seus fins. São controlados pela CASP.
- **Bens dominicais** - estão sob domínio do Poder Público, mas não possuem um fim específico. São controlados pela CASP.
- **Bens de uso comum do povo** - são aqueles que a sociedade como um todo usufrui. Nem sempre são controlados pela CASP, mas somente em alguns casos, como quando absorvem (ou absorveram) recursos públicos.

Objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP)

- **Fornecer informações** sobre:
 - Resultados alcançados
 - Aspectos de natureza:
 - Orçamentária - relacionados ao orçamento público propriamente dito.
 - Financeira - relacionados ao fluxo de caixa.
 - Econômica - relacionados aos resultados.
 - Física - relacionados à existência física dos elementos.



- Apoiar:
 - Tomada de decisão
 - Prestação de contas
 - Instrumentalização do controle social

O estudo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está amparado em diversos documentos, dentre os quais possuem maior importância o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as NBCs TSPs e a Lei nº 4.320/64.

O MCASP é bastante abrangente e será abordado com frequência a partir da próxima aula.

Nessa parte introdutória, é importante que você conheça alguns pontos da NBC TSP Estrutura Conceitual.

Objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

- Esta parte está no item 2 da NBC TSP Estrutura Conceitual. A literalidade dele costuma ser cobrada, portanto faça a sua leitura (transcrevemos na íntegra logo abaixo).
- Parte do pressuposto de que o **objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade**, em vez de obter lucros e gerar retorno aos investidores.
- Fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que sejam úteis aos usuários dos RCPGs.
- Objetivos -> Subsidiar:
 - Processos decisórios
 - Prestação de contas
 - Responsabilização (*accountability*)

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Conseqüentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:



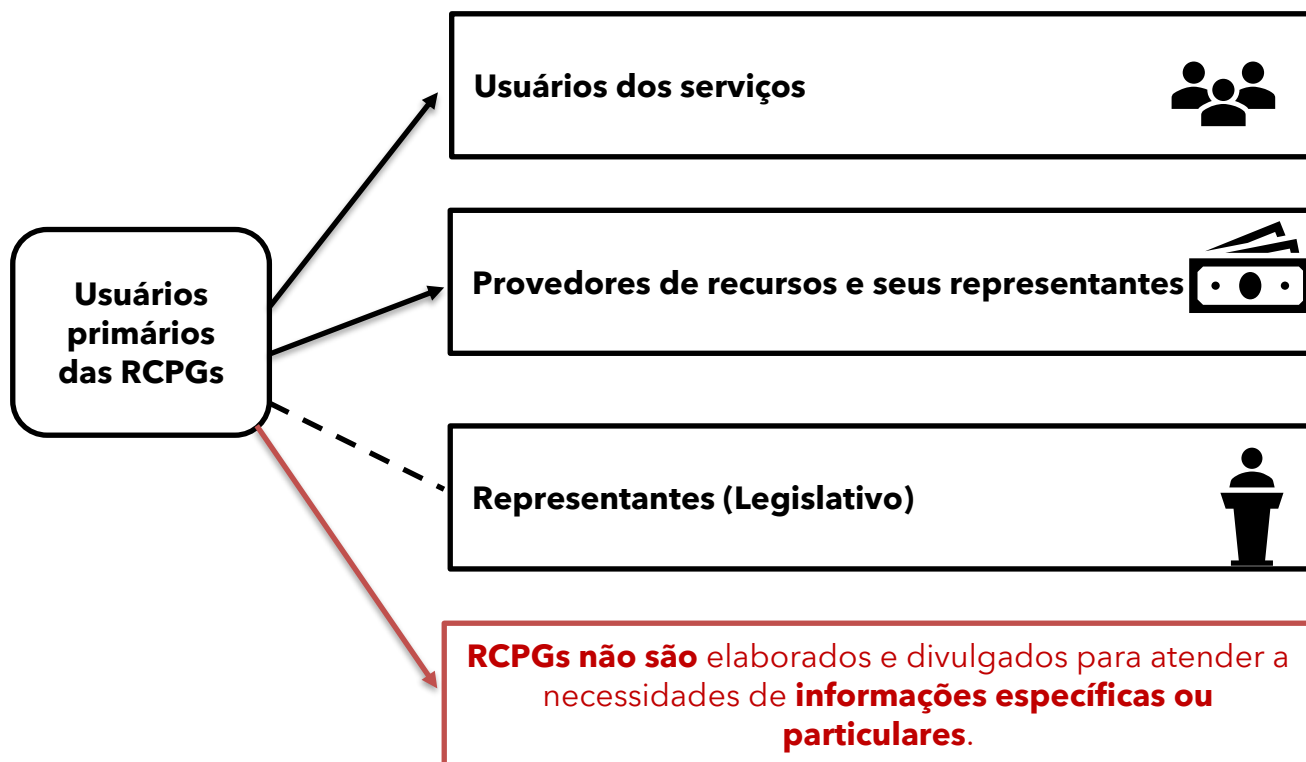
- (a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;
- (b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;
- (c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e
- (d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG)

- Elaborado para atender às necessidades dos **usuários em geral**.
- **Não tem o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.**
- Podem compreender relatórios diversos, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil.
- Abrangem:
 - Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.
 - Apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.
- A informação sobre a situação patrimonial possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre eles, o que subsidia avaliações como:
 - Extensão na qual a administração **cumpriu suas obrigações** em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.
 - Extensão na qual os **recursos estão disponíveis** para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e às **mudanças** durante o exercício.
 - **Montantes e o cronograma** de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.
- Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:



- Conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações;
 - Atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício;
 - Expectativas relacionadas às atividades de prestação de serviços e outras atividades no futuro, bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- Como a informação contábil impõe custos, seus benefícios devem justificá-los. Portanto, essa relação custo-benefício deve ser feita, o que se trata de um julgamento de valor, pois nem sempre é possível identificar todos os custos e benefícios da informação incluída no RCPG.



Cabe destacar ainda que a Estrutura Conceitual traz normas gerais, todavia, quando tiver conflito entre ela e normas específicas vigentes, prevalecem as normas específicas.

Características qualitativas da informação contábil

As características qualitativas da informação incluídas nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil aos usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Características qualitativas:

- **Relevância** - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
 - As informações têm valor confirmatório se confirmarem ou alterarem expectativas passadas ou presentes.
 - As informações têm valor preditivo quando são voltadas ao futuro, apresentando informações acerca dos objetivos, custos e atividades previstas da prestação de serviços, além do montante e das fontes de recursos que se destinam a serem alocados na prestação de serviços no futuro.
 - Mesmo que alguns usuários já conheçam a informação ou decidam desconsiderá-la, ela será considerada relevante caso tenha o potencial de exercer influência.
- **Representação fidedigna** - é alcançada quando a representação do fenômeno é **completa, neutra e livre de erro material**.
 - Neutralidade corresponde à ausência de viés, o que significa que informação não é apresentada buscando atingir um resultado em particular.
 - Estar livre de erro material não significa exatidão completa, mas que não há erros ou omissões que sejam individualmente ou coletivamente relevantes na descrição do fenômeno.
- **Compreensibilidade** - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
 - A comparabilidade pode aprimorar a compreensibilidade.
- **Tempestividade** - disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
 - A informação deve estar disponível aos usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.



- **Comparabilidade** - possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
 - A comparabilidade difere da consistência. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.
 - Não é necessário haver uniformidade para haver comparabilidade. Informações semelhantes devem parecer semelhantes, informações distintas devem parecer distintas.
- **Verificabilidade** - ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.
 - Para ser verificável, a informação não precisa ser um ponto único estimado, podendo também ser utilizado um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades.

Restrições inerentes à informação:

- **Materialidade** - a informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício. Não há um limite predeterminado uniforme a partir do qual a informação é considerada material.
- **Custo-benefício** - se os benefícios de divulgar uma informação justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.
- **Alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas** - deve-se buscar o equilíbrio entre as características qualitativas para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, pois em muitos casos é necessária uma compensação entre elas para alcançar os objetivos da informação.

Elementos das demonstrações contábeis

- **Ativo** - recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
 - Recurso - item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.
 - A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, no entanto, é um indicador de controle.



- **Passivo** - obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
 - Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.
- **Situação patrimonial líquida** - diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido.
- **Receita** - aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.
- **Despesa** - diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.
- **Superávit ou déficit da entidade para o exercício** - diferença entre as receitas e as despesas que constam nas demonstrações que evidencia o desempenho das entidades do setor público.
- **Contribuição dos proprietários** - entrada de recursos para a entidade a título de contribuição das partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.
- **Distribuição aos proprietários** - saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.

Orçamentário X Patrimonial

Mesmo que este seja seu primeiro contato com esta disciplina, se você já estudou Contabilidade, lembra que temos os regimes de caixa e o de competência:

- **Regime de competência** -> os registros contábeis são realizados em função do fato gerador, independentemente do recebimento ou pagamento dos valores.
- **Regime de caixa** -> os registros contábeis são realizados em função dos efetivos recebimentos ou pagamentos dos valores.

Em Contabilidade Pública, os lançamentos podem ainda ser patrimoniais ou orçamentários. De início, é essencial que você conheça estes artigos da Lei nº 4.320/64:

*"Art. 34. O **exercício financeiro** coincidirá com o **ano civil**."*



Esse artigo é simples e cobrado com frequência, não se esqueça dele:



"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as **receitas nêle arrecadadas**;

II - as **despesas nêle legalmente empenhadas**."

O artigo 35 diz respeito aos **lançamentos orçamentários** e traz um regime misto, em que as **receitas são reconhecidas pelo regime de caixa** e as **despesas pelo regime de competência**.

Todavia, nos lançamentos patrimoniais, segue-se o **regime de competência**.



ESQUEMATIZANDO



Para consolidar...

Pense no IPTU da sua casa. No início do ano, a Prefeitura já reconhece a VPA por conta da constituição da sua obrigação em pagar o imposto. Todavia, a receita orçamentária será reconhecida somente no momento da arrecadação.

É importante que você entenda bem essa diferença, mas se tiver com alguma dificuldade, não se preocupe, pois ela será revista várias vezes nas próximas aulas.

Princípios da Contabilidade

Os Princípios da Contabilidade estavam previstos na Resolução nº 750/93. Todavia, esta foi revogada com a publicação da NBC TSP Estrutura Conceitual, que faz parte do processo de convergência às normas internacionais.

Isso não necessariamente significa que os princípios estejam extintos, mas sim que a norma foi revogada para evitar eventuais conflitos de referências conceituais. Após a revogação a cobrança vem sendo muito rara, mas ainda assim entendo que seja importante você conhecer os seguintes:

Entidade - O patrimônio da entidade não se confunde com o patrimônio dos sócios. A entidade possui autonomia patrimonial. A soma ou agregação de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade.

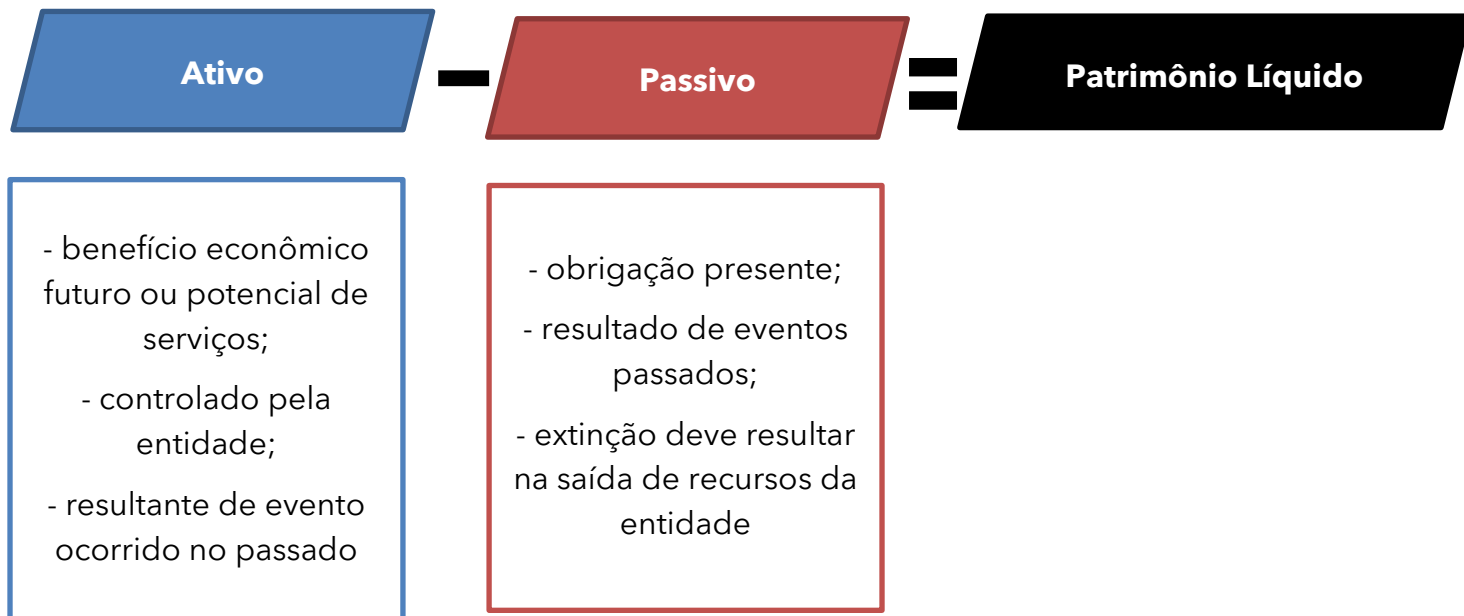
Oportunidade - Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, sendo necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Competência - Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.



APOSTA ESTRATÉGICA

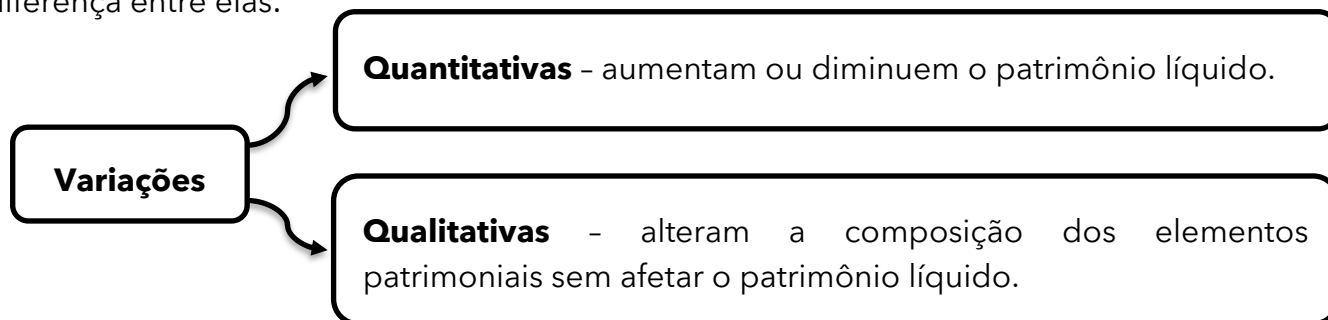
Dentre os assuntos abordados neste relatório, é de suma importância que você entenda as características básicas do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.



No mesmo sentido, é importante conhecer o Resultado Patrimonial:



É muito provável ainda que a banca apresente algumas transações e peça que você identifique se são variações patrimoniais quantitativas ou qualitativas. Portanto, lembre-se da principal diferença entre elas:



QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Conceitos, objeto, abrangência e campo de aplicação

1. (FGV/2021/IMBEL/Contador)

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, a informação sobre a situação patrimonial de entidade do setor público possibilita aos usuários identificar os recursos da entidade e as demandas sobre esses recursos na data de divulgação do relatório, o que fornece informação útil como subsídio a avaliações de algumas questões.

Sobre essas questões, analise as afirmativas a seguir.

I. A extensão na qual a administração cumpriu suas obrigações em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.

II. A extensão na qual os recursos estão disponíveis para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e as mudanças durante o exercício relativas ao montante ou à composição desses recursos, bem como as demandas sobre esses recursos.

III. Os montantes e o cronograma de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) III, somente.
- d) I e II, somente.
- e) I, II e III.

Comentários

Vimos isso em tópicos em nosso roteiro de revisão. Para esta questão, vamos aproveitar para ver a letra da Norma:



Informação fornecida pelos RCPGs Situação patrimonial, desempenho e fluxos de caixa

2.14 A informação sobre a situação patrimonial do governo ou outra entidade do setor público possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre esses recursos na data de divulgação do relatório. Isso fornece informação útil como subsídio às avaliações de questões tais como:

(a) a extensão na qual a administração cumpriu suas obrigações em salvaguardar e administrar os recursos da entidade;

(b) a extensão na qual os recursos estão disponíveis para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e as mudanças durante o exercício relativas ao montante ou à composição desses recursos, bem como as demandas sobre esses recursos; e

(c) os montantes e o cronograma de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.

Como você pode ver, os itens são a reprodução exata na NBC TSP Estrutura Conceitual, e todos estão corretos, de forma que a alternativa E é o gabarito da questão.

Gabarito: E

2. (FGV/2021/SEFAZ ES/Auditor Fiscal da Receita Estadual)

De acordo com a Resolução CFC NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, assinale a opção que indica os usuários primários do relatório contábil de propósito geral das entidades do setor público.

- a) As entidades de auditoria pública.
- b) As agências reguladoras e supervisoras.
- c) Os órgãos centrais de orçamento e controle.
- d) As entidades prestadoras de recursos e de fomento.
- e) Os cidadãos que recebem os serviços de entidades do setor público.

Comentários

O esquema que trouxemos no roteiro de revisão pode lhe ajudar a identificar a alternativa correta, mas, novamente, vamos aproveitar a questão para ver a literalidade da norma, tendo em vista que a FGV gosta de cobrá-la:

Usuários dos RCPGs

2.3 Governos e outras entidades do setor público obtêm recursos dos contribuintes, doadores, credores por empréstimos e de outros provedores de recursos para serem utilizados na prestação de serviços aos cidadãos e aos outros usuários. Essas



entidades são responsáveis pela gestão e utilização dos recursos perante os usuários desses serviços. Aqueles que proveem os recursos também requerem informações que sirvam de base para a tomada de decisão.

2.4 Conseqüentemente, os RCPGs devem ser elaborados e divulgados, principalmente, para atender às necessidades de informações dos usuários dos serviços e dos provedores de recursos, quando estes não detêm a prerrogativa de exigir que a entidade do setor público divulgue as informações que atendam às suas necessidades específicas. Os membros do poder Legislativo são também usuários primários dos RCPGs e utilizam extensiva e continuamente esses relatórios enquanto atuam como representantes dos interesses dos usuários de serviços e dos provedores de recursos. Assim, para os propósitos desta estrutura conceitual, **os usuários primários dos RCPGs são os usuários dos serviços e seus representantes e os provedores de recursos e seus representantes** (doravante identificados como usuários dos serviços e provedores de recursos, a não ser que sejam identificados de outra forma).

2.5 **Os cidadãos recebem os serviços do governo e de outras entidades do setor público e proveem parte dos recursos para esse fim. Assim, eles são usuários primários dos RCPGs.** Alguns usuários dos serviços e alguns provedores de recursos que dependem dos RCPGs para obter informações que eles necessitam para os propósitos de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão podem não ser cidadãos, como, por exemplo: indivíduos que pagam tributos e recebem benefícios e não são considerados cidadãos; agências bilaterais ou multilaterais; provedores de recursos e corporações que realizam transações com o governo; bem como aqueles que financiam e/ou se beneficiam dos serviços fornecidos por organizações governamentais internacionais. Na maioria dos casos, os governos que proveem recursos para as organizações governamentais internacionais são dependentes dos RCPGs daquelas organizações para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Chegamos então à alternativa E como gabarito da questão, tendo em vista que os cidadãos que recebem serviços de entidades do setor público são usuários primários dos relatórios contábeis de propósito geral.

Gabarito: E

3. (FGV/2021/TCE-PI/Assistente de Administração)

De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as informações geradas por essas entidades devem ser úteis aos usuários para fins de prestação de contas, e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

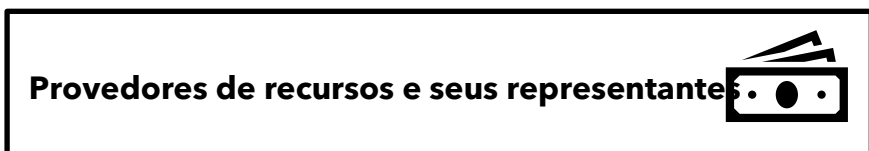
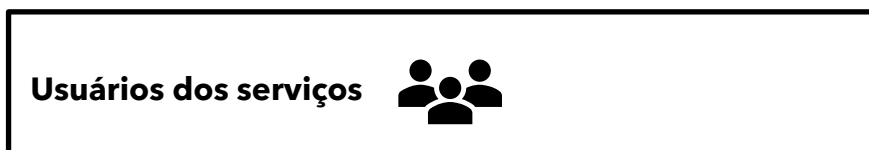
Os usuários primários dessas informações incluem:



- a) partidos políticos com representação no Poder Legislativo;
- b) provedores de recursos e partidos políticos;
- c) provedores de recursos, usuários dos serviços e Receita Federal;
- d) usuários dos serviços e Ministério Público;
- e) usuários dos serviços, provedores de recursos e membros do Poder Legislativo.

Comentários

Novamente a FGV cobra os usuários primários dos relatórios contábeis de propósito geral, os quais são:



2.4. (...) Assim, para os propósitos desta estrutura conceitual, **os usuários primários dos RCPGs são os usuários dos serviços e seus representantes e os provedores de recursos e seus representantes** (doravante identificados como usuários dos serviços e provedores de recursos, a não ser que sejam identificados de outra forma).

Gabarito: E

4. (FGV/2018/MPE AL/Auditor do Ministério Público)

Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) fornecem informações aos seus usuários com o objetivo de

- a) subsidiar os processos decisórios relativo aos orçamentos dos exercícios subsequentes, a prestação de contas e a responsabilização (accountability).
- b) verificar o resultado obtido e a prestação de contas e responsabilização (accountability).
- c) verificar o retorno financeiro e subsidiar os processos decisórios relativos aos orçamentos dos exercícios subsequentes.
- d) avaliar a idoneidade e a conduta do governo.
- e) assegurar o interesse público de acordo com os objetivos definidos nas políticas públicas.



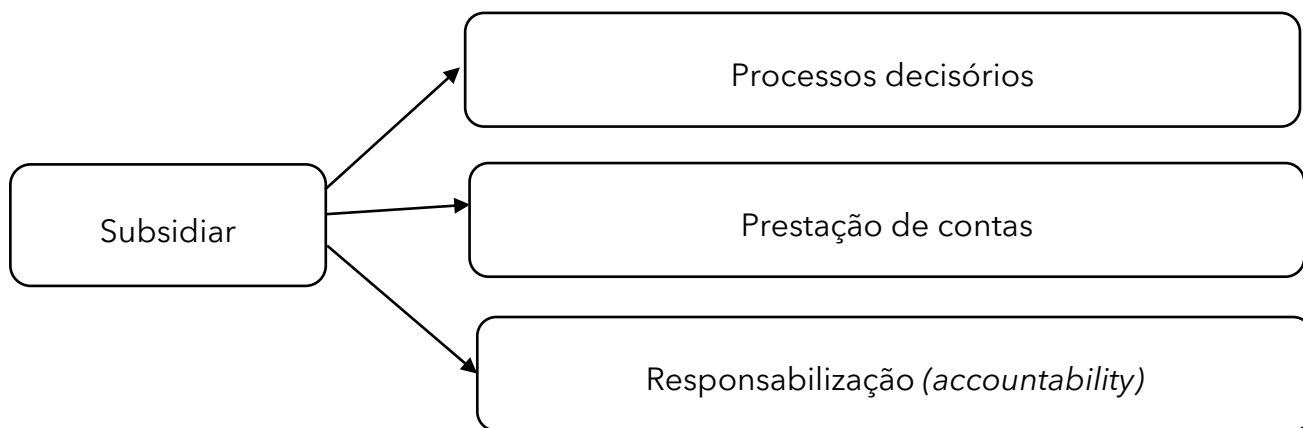
Comentários

Questão que cobra a literalidade da NBC TSP Estrutura Conceitual. Vejamos o que ela prevê:

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para **subsidiar os processos decisórios** e a **prestação de contas** e **responsabilização (accountability)**. Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:

- (a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;
- (b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;
- (c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e
- (d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

Observe que todas as demais alternativas estão direta ou indiretamente relacionadas à responsabilização e à prestação de contas, o que poderia ter confundido até mesmo um candidato bem preparado. Então, lembre-se dos termos chave sobre os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil.



Gabarito: A

5. (FGV/2018/MPE AL/Auditor do Ministério Público)

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, os usuários dos



relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões.

Essas questões estão listadas abaixo com exceção de uma. Assinale-a:

- a) "A entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz?"
- b) "Quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros?"
- c) "Até que ponto há restrições ou condições para a utilização dos recursos disponíveis para gastos futuros?"
- d) "A capacidade de a entidade prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores?"
- e) "A quantidade e a qualidade do serviço prestado pela entidade são proporcionais ao volume de tributos cobrados?"

Comentários

Outra questão sobre o mesmo trecho da NBC que vimos na questão anterior. Vamos revê-lo:

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Conseqüentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (accountability). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:

- (a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz; **(Letra A)**
- (b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros **(Letra B)**, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos **(Letra C)**;
- (c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e
- (d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores. **(Letra D)**

Portanto, a alternativa errada é a letra E, pois a questão avaliada não é se a quantidade e a qualidade do serviço prestado são proporcionais ao volume de tributos cobrados, mas sim **qual a extensão das mudanças na carga tributária.**

Gabarito: E



6. (FGV/2018/MPE AL/Auditor do Ministério Público)

Assinale a opção que indica os usuários primários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público.

- a) Os governantes.
- b) Os órgãos reguladores.
- c) A população em geral.
- d) Os investidores e os funcionários.
- e) Os usuários dos serviços e os provedores de recursos.

Comentários

Colocamos os usuários de forma esquematizada na parte teórica. Vamos aproveitar esta questão para ver a literalidade da norma.

2.4 Conseqüentemente, os RCPGs devem ser elaborados e divulgados, principalmente, para atender às necessidades de informações dos **usuários dos serviços e dos provedores de recursos**, quando estes não detêm a prerrogativa de exigir que a entidade do setor público divulgue as informações que atendam às suas necessidades específicas. Os **membros do poder Legislativo são também usuários primários dos RCPGs** e utilizam extensiva e continuamente esses relatórios enquanto atuam como representantes dos interesses dos usuários de serviços e dos provedores de recursos. Assim, para os propósitos desta estrutura conceitual, **os usuários primários dos RCPGs são os usuários dos serviços e seus representantes e os provedores de recursos e seus representantes** (doravante identificados como usuários dos serviços e provedores de recursos, a não ser que sejam identificados de outra forma).

Portanto, a alternativa correta é a letra E, pois os usuários primários dos RCPGs são os usuários dos serviços e os provedores de recursos, bem como os seus representantes.

Gabarito: E

7. (FGV/2018/ALERO/Analista Legislativo)

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, o objetivo principal da maioria das entidades do setor público é o de

- a) gerar retorno financeiro.
- b) ser auto sustentável.
- c) gerar empregos.
- d) prestar serviços à sociedade.
- e) contribuir para o desenvolvimento do país.



Comentários

Mais uma questão que cobra a literalidade do mesmo item da NBC TSP Estrutura Conceitual. Percebeu como ele é importante para sua prova?

Vamos reler mais uma vez, identificando onde está a resposta.

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Conseqüentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (accountability). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:

(a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;

(b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;

(c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e

(d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

Portanto, a alternativa correta é a letra D, pois o objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade.

Gabarito: D

8. (FGV/2018/ALERO/Analista Legislativo)

Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público devem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

Essas informações estão listadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

a) A conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações.

b) As atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício.

c) As expectativas relacionadas às atividades da prestação de serviços e outras atividades no futuro.



- d) As consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- e) As decisões relacionadas a novas contratações.

Comentários

Vamos analisar esta questão à luz da literalidade da norma.

2.17 As informações sobre a situação patrimonial, sobre o desempenho e sobre os fluxos de caixa são normalmente apresentadas nas demonstrações contábeis. Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:

- (a) a conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações **(Letra A)**;
- (b) as atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício **(Letra B)**; e
- (c) as expectativas relacionadas às atividades da prestação de serviços e outras atividades no futuro **(Letra C)**, bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro **(Letra D)**.

Essa informação pode ser apresentada nas notas explicativas às demonstrações contábeis ou em relatórios separados incluídos nos RCPGs.

Observe que a única alternativa que não está abrangida é a letra E, sendo o gabarito da questão. Trata-se de uma questão difícil, até porque é impossível decorar a norma integralmente. O ideal para acertar esta questão é você ter em mente que os relatórios contábeis de propósito geral buscam trazer informações sobre o orçamento, a prestação dos serviços e os resultados, ou seja, ela é mais em um sentido "macro", ao passo que a contratação de novos serviços é algo um pouco mais específico e que, ainda que impacte os resultados e a prestação de serviços, não é o foco dos RCPGs.

Gabarito: E

9. (FGV/2016/IBGE/Analista)

De acordo com as novas definições acerca da Contabilidade Aplicada ao Setor Público dispostas na NBC T 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação, considera-se objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público:

- a) as unidades contábeis;
- b) o ciclo da administração pública;



- c) o fornecimento de informações úteis para a tomada de decisões;
- d) o orçamento público;
- e) o patrimônio das entidades públicas.

Comentários

Ainda que a questão aponte no enunciado a revogada NBC T 16.1, a resposta da questão continua correta. De forma simples e objetiva, o **objeto** da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o **patrimônio público (ou patrimônio das entidades públicas)**. Portanto, a alternativa correta é a letra E.

A respeito das demais alternativas:

Letra A - a unidade contábil é a soma, agregação ou divisão do patrimônio de uma ou mais entidades do setor público.

Letra B - a NBC T 16.1 colocava como função social da CASP refletir o ciclo da administração pública.

Letra C - fornecer informações úteis para a tomada de decisões é um dos objetivos da CASP.

Letra D - o orçamento público faz parte da CASP, a qual passa pelo seu controle, todavia, o orçamento não é o objeto da CASP.

Gabarito: E

10.(FGV/2015/TJ SC/Analista)

Após receber solicitação de um cidadão acerca dos empenhos relativos a obras de engenharia realizados pela entidade em um determinado período em um órgão público, o contador informou que só iria disponibilizar tais informações no relatório bimestral. Essa prática fere diretamente um dos objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público que é o(a):

- a) controle de custos;
- b) controle financeiro;
- c) acompanhamento da gestão de recursos;
- d) transparência da prestação de contas;
- e) instrumentalização do controle social.

Comentários

Os objetivos da contabilidade aplicada ao setor público são fornecer informações sobre os resultados alcançados e sobre os aspectos de natureza orçamentária, financeira, econômica e física, a fim de apoiar a **tomada de decisão**, a **prestação de contas** e a **instrumentalização do controle social**.



Interpretando o enunciado, vemos que a questão trata da solicitação de um cidadão sobre informações da administração pública, ou seja, estamos tratando do controle social e, portanto, a resposta da questão é a letra E.

Gabarito: E

11.(FGV/2015/DPE MT/Contador)

Assinale a opção que indica o objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

- a) Entidades públicas
- b) Demonstrações contábeis
- c) Resultado público
- d) Ativos públicos
- e) Patrimônio público

Comentários

Não pode errar uma dessa na prova...

Objeto da contabilidade = **PATRIMÔNIO PÚBLICO**

Não deixe a banca confundir você falando em orçamento público, resultado público, ativos públicos, passivo do setor público, demonstrações contábeis, receitas públicas... Falou em objeto, falou em patrimônio público.

Gabarito: E

Características qualitativas

12.(FGV/2024/Prefeitura de São José dos Campos/Analista - Ciências Contábeis)

Uma informação que é disponibilizada aos usuários antes que perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo de sua elaboração e divulgação é uma informação que apresenta a seguinte característica qualitativa:

- a) relevância.
- b) verificabilidade.
- c) compreensibilidade.
- d) comparabilidade.
- e) tempestividade.

Comentários

O enunciado traz a característica qualitativa da tempestividade, assim conceituada na NBC TSP Estrutura Conceitual:



Tempestividade

3.19 **Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.** Ter informação disponível mais rapidamente pode aprimorar a sua utilidade como insumo para processos de avaliação da prestação de contas e responsabilização (accountability) e a sua capacidade de informar e influenciar os processos decisórios. A ausência de tempestividade pode tornar a informação menos útil.

Gabarito: E

13.(FGV/2024/DNIT/Analista Administrativo - Administração)

As características qualitativas da contabilidade pública são atributos que tornam a informação útil para os usuários, fazendo que se alcance os objetivos da informação contábil.

Assinale a opção que indica uma característica que permite aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

- a) Verificabilidade.
- b) Tempestividade.
- c) Comparabilidade.
- d) Materialidade.
- e) Compreensibilidade.

Comentários

A característica qualitativa que permite aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos é a característica qualitativa da comparabilidade, assim descrita pela NBC TSP Estrutura Conceitual:

Comparabilidade

3.21 **Comparabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.** A comparabilidade não é uma qualidade de item individual de informação, mas, antes, a qualidade da relação entre dois ou mais itens de informação.

Gabarito: C

14.(FGV/2024/DNIT/Analista Administrativo - Contabilidade)

Ao analisar o relatório contábil de propósito geral de uma entidade do setor público, um usuário constatou que as informações estavam livres de erros materiais, de modo que não foram observados erros ou omissões relevantes na descrição do fenômeno, e que o processo utilizado para produzir a informação relatada foi aplicado conforme descrito.



Com base nesses atributos, é correto afirmar que as informações apresentadas no relatório observavam a seguinte característica qualitativa:

- a) representação fidedigna.
- b) neutralidade.
- c) relevância.
- d) compreensibilidade.
- e) comparabilidade.

Comentários

A informação chave do enunciado para chegarmos ao gabarito é a de que “as informações estavam livres de erros materiais”, tendo em vista a representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material, o que nos leva à letra A como gabarito da questão.

Reforçando com a NBC TSP Estrutura Conceitual:

Representação fidedigna

3.10 Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. **A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.** A informação que representa fielmente um fenômeno econômico ou outro fenômeno retrata a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica.

Gabarito: A

15.(FGV/2018/CM Salvador/Analista Legislativo)

Uma entidade pública estava em negociação para obtenção de empréstimo junto a um organismo financeiro multilateral. O organismo solicitou as demonstrações contábeis e fiscais do ente dos três últimos exercícios financeiros. O objetivo era analisar as informações contábeis quanto ao valor confirmatório e preditivo da capacidade financeira da entidade.

Esse objetivo está diretamente ligado à característica do(a):

- a) comparabilidade;
- b) compreensibilidade;
- c) custo-benefício;
- d) relevância;
- e) representação fidedigna.



Comentários

As palavras-chave do enunciado para matar a questão são “valor confirmatório e preditivo da capacidade financeira da entidade”, os quais estão ligados à relevância, sendo a alternativa D a resposta da questão.

Lembrando o conceito de relevância:

Relevância - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.

Vejamos os conceitos das demais características:

Letra A - comparabilidade - possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

Letra B - compreensibilidade - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

Letra C - custo-benefício - não se trata de uma característica qualitativa, mas uma restrição inerente à informação. Verifica se os benefícios de divulgar uma informação justificam os custos incorridos para fornecê-la ou utilizá-la.

Letra E - representação fidedigna - é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

Gabarito: D

16.(FGV/2023/TCE-ES/Auditor de Controle Externo)

No âmbito das entidades da administração pública, o objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão. Para que a informação contábil seja útil, ela precisa apresentar algumas características qualitativas.

Quando se diz que uma informação apresenta relevância, isso significa que:

- foi gerada considerando a primazia da essência sobre a forma;
- foi gerada para se atingir um resultado particular predeterminado;
- não contém erros ou omissões relevantes na descrição do fenômeno;
- é capaz de exercer influência em razão de seu valor confirmatório e/ou preditivo;
- possui materialidade e custo-benefício compatíveis com os objetivos da entidade.

Comentários

A característica qualitativa da relevância é alcançada quando a informação tem capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, sendo que as demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor



confirmatório e/ou preditivo, o que nos leva, portanto, à alternativa D como gabarito da questão, em conformidade com a NBC TSP Estrutura Conceitual:

Relevância

3.6 As informações financeiras e não financeiras **são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente** o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As informações financeiras e não financeiras **são capazes de exercer essa influência quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos**. A informação pode ser capaz de influenciar e, desse modo, ser relevante, mesmo se alguns usuários decidirem não considerá-la ou já estiverem cientes dela.

Quanto às demais alternativas:

Letras A e C - estão relacionadas à característica qualitativa da representação fidedigna, conforme se extrai da leitura da NBC TSP Estrutura Conceitual:

Representação fidedigna

3.10 Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. **A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material**. A informação que representa fielmente um fenômeno econômico ou outro fenômeno **retrata a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica**.

Letra B - além de não estar relacionada à característica da relevância, a busca por se atingir um resultado predeterminado contraria a característica qualitativa da representação fidedigna, que tem como uma de suas bases a neutralidade.

3.13 A **neutralidade da informação contábil corresponde à ausência de viés**. Isso significa que a seleção e a apresentação das informações financeiras e não financeiras **não devem ser feitas com a intenção de se atingir um resultado particular predeterminado**, por exemplo, para influenciar a avaliação dos usuários acerca da prestação de contas e responsabilização (*accountability*) por parte da entidade, para uma decisão ou julgamento que está para ser feito, ou, ainda, para induzir a determinado comportamento.

Letra E - materialidade e custo-benefício são restrições inerentes à informação.

Gabarito: D



Regimes Orçamentário e Patrimonial

17.(FGV/2021/TCE-AM/Auditor Técnico de Controle Externo)

Para fins de controle da execução orçamentária, o registro de receitas e despesas segue os dispositivos da Lei nº 4.320/1964. Esses dispositivos orientam que:

- a) despesas que não cumprem todos os estágios de execução são anuladas ao final do exercício;
- b) o empenho de despesa depende da ocorrência do fato gerador;
- c) o regime de reconhecimento da receita é mais restritivo do que o da despesa;
- d) receitas e despesas são reconhecidas com base no mesmo regime;
- e) receitas lançadas e não arrecadadas são incorporadas na estimativa do exercício seguinte.

Comentários

A - **errada**. As despesas que não cumpriram os estágios podem ser canceladas ou inscritas em restos a pagar.

B - **errada**. O empenho independe da ocorrência do fato gerador.

C - **certa**. Lembre-se do artigo 35 da Lei nº 4.320/64:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nêle arrecadadas;

II - as despesas nêle legalmente empenhadas.

Portanto, o reconhecimento das receitas é mais restritivo do que o das despesas, tendo em vista que as receitas demandam o recebimento do caixa, ao passo que para as despesas basta o empenho.

D - **errada**. Conforme o artigo 35, as receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas pelo regime de competência.

E - **errada**. A Lei nº 4.320/64 em momento algum indica a incorporação das receitas lançadas na estimativa de arrecadação. De acordo com a Lei, a estimativa deverá ocorrer com base no histórico de arrecadação.

Art. 29. Caberá aos órgãos de contabilidade ou de arrecadação organizar **demonstrações mensais da receita arrecadada**, segundo as rubricas, **para servirem de base a estimativa** da receita, na proposta orçamentária.

Parágrafo único. Quando houver órgão central de orçamento, essas demonstrações ser-lhe-ão remetidas mensalmente.



Art. 30. A **estimativa da receita** terá por base as demonstrações a que se refere o artigo anterior à **arrecadação dos três últimos exercícios**, pelo menos bem como as circunstâncias de ordem conjuntural e outras, que possam afetar a produtividade de cada fonte de receita.

O que a Lei determina é que, se as receitas lançadas não forem arrecadadas dentro do prazo, serão inscritas como Dívida Ativa.

Art. 39. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.

§ 1º - Os créditos de que trata este artigo, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos, na forma da legislação própria, como Dívida Ativa, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, e a respectiva receita será escriturada a esse título.

Gabarito: C

18.(FGV/2017/IBGE/Analista Censitário)

Uma condição necessária para o reconhecimento de uma receita pública para fins de controle patrimonial, sob o regime de competência, é:

- a) a arrecadação da receita nos cofres públicos;
- b) a previsão da receita no orçamento;
- c) a ocorrência do fato gerador;
- d) o lançamento contábil da receita;
- e) o registro de uma variação patrimonial aumentativa.

Comentários

Sob o regime de competência, as receitas são reconhecidas no momento da incidência do fato gerador, independentemente da efetiva arrecadação. Portanto, a alternativa correta é a letra C.

Gabarito: C

19.(FGV/2017/IBGE/Analista - Orçamento e Finanças)

As informações do Quadro a seguir têm origem na execução orçamentária do último exercício de um ente da federação e os valores estão expressos em milhares de reais.

Descrição	Valores
Dotação inicial	26.689.903,00
Dotação atualizada	28.491.775,00
Despesas empenhadas	24.487.589,00



Despesas liquidadas	23.885.743,00
Despesas pagas	21.707.193,00
Saldo da dotação	4.004.186,00

A partir das informações do Quadro, pode-se concluir que a despesa orçamentária executada no período, em milhares de reais, foi de:

- a) 21.707.193,00;
- b) 23.885.743,00;
- c) 24.487.589,00;
- d) 25.711.379,00;
- e) 27.889.929,00.

Comentários

De acordo com o que vimos no roteiro de revisão, em que momento é reconhecida a despesa orçamentária?

No momento do empenho, portanto, a despesa orçamentária executada no período corresponde às despesas empenhadas, ou seja, R\$ 24.487.589,00, conforme afirma a alternativa C.

Gabarito: C

20.(FGV/2016/MRE/Oficial de Chancelaria)

De acordo com o regime orçamentário vigente no Brasil, previsto na Lei nº 4.320/1964, receitas e despesas devem ser reconhecidas a partir de estágios de execução. Dessa forma, receitas e despesas são consideradas realizadas, para fins orçamentários, respectivamente, quando:

- a) arrecadadas e empenhadas;
- b) arrecadadas e liquidadas;
- c) lançadas e arrecadadas;
- d) lançadas e empenhadas;
- e) liquidadas e pagas.

Comentários

Questão que exige o conhecimento do artigo 35 da Lei nº 4.320/64:

"Art. 35. *Pertencem ao exercício financeiro:*

I - as **receitas** nêle **arrecadadas**;

II - as **despesas** nêle **legalmente empenhadas**."



Gabarito: A

21.(FGV/2016/Prefeitura de Cuiabá/Auditor Fiscal)

Uma prefeitura apresentava os seguintes saldos em 31/12/2015 (em milhares de reais), referentes ao ano de 2015:

Receita Arrecadada	R\$ 12.000,00
Receita Prevista	R\$ 14.000,00
Despesa Fixada	R\$ 8.500,00
Despesa Empenhada	R\$ 8.000,00
Despesa Paga.....	R\$ 5.000,00
Despesa Liquidada.....	R\$ 7.500,00

De acordo com a Lei nº 4.320/64, o resultado da execução orçamentária, em 31/12/2015, é de

- a) R\$ 4.000,00.
- b) R\$ 4.500,00.
- c) R\$ 5.500,00.
- d) R\$ 6.000,00.
- e) R\$ 6.500,00.

Comentários

De acordo com o artigo 35 da Lei nº 4.320/64, sob o aspecto orçamentário, as receitas são reconhecidas no momento da arrecadação e as despesas no momento do empenho. De acordo com os dados trazidos no enunciado, utilizaremos os seguintes valores:

Receita arrecadada = R\$ 12.000,00

Despesa empenhada = R\$ 8.000,00

Resultado da execução orçamentária = 12.000 - 8.000 = 4.000,00

Gabarito: A

22.(FGV/2015/Prefeitura de Niterói/Contador)

A partir do processo de convergência às normas internacionais, novas diretrizes foram propostas para reconhecimento de elementos patrimoniais e suas variações pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com vistas a oferecer informações mais fidedignas acerca do patrimônio público.

Para apurar e evidenciar os seus reflexos no patrimônio de uma entidade pública, receitas e despesas devem ser reconhecidas por competência, respectivamente, quando:

- a) arrecadadas e empenhadas;



- b) arrecadadas e executadas;
- c) empenhadas e liquidadas;
- d) lançadas e liquidadas;
- e) previstas e realizadas.

Comentários

Estudaremos este tópico com maiores detalhes a partir das aulas sobre os procedimentos contábeis patrimoniais, mas esta questão já nos ajuda a compreender o assunto.

Observe que, nesta questão, o que se pede é o reconhecimento das receitas e das despesas por **competência**, ou seja, de acordo com a ótica **patrimonial**. Nesse caso, o melhor momento para se reconhecer a receita é no lançamento (quando ocorre o fato gerador) e para se reconhecer a despesa é no momento da liquidação (quando se reconhece o direito do credor).

Portanto, a alternativa correta é a letra D.

Gabarito: D

23.(FGV/2023/TCE-ES/Conselheiro Substituto)

Um servidor recém-empossado em um ente público foi lotado em uma seção que era responsável pelo controle e registro das receitas do ente ao longo do exercício financeiro. No dia 29/12/20x1 a partir de documentação comprobatória, o servidor executou o lançamento de uma receita orçamentária prevista na LOA no valor de R\$ 100.000,00, cujo prazo de pagamento pelo contribuinte era 15/01/20x2.

Conhecendo as disposições da Lei nº 4.320/1964 e que a receita foi arrecadada no prazo do vencimento, o novo servidor deve considerar que essa receita:

- a) deve constar como realizada no balanço financeiro de 20x1;
- b) não provoca impacto patrimonial no exercício de 20x1;
- c) não constará no balanço orçamentário de 20x1 como receita realizada;
- d) deve ser considerada no fluxo de caixa das atividades de investimento de 20x2;
- e) pode ser considerada como variação patrimonial aumentativa somente no exercício de 20x2.

Comentários

As etapas da receita orçamentária são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. Conforme o enunciado, temos:

Lançamento: 29/12/20x1

Arrecadação: 15/01/20x2



Portanto, a variação patrimonial aumentativa foi reconhecida dia 29/12/20x1 e a receita orçamentária foi reconhecida em 15/01/20x2. A partir dessas informações, vamos analisar as afirmativas:

Letra A - **errada**. Ainda não houve a arrecadação, portanto, não haverá reconhecimento no balanço financeiro.

Letras B e E - **erradas**. A variação patrimonial aumentativa ocorreu em 20x1.

Letra C - **certa**. Como a arrecadação ocorreu em 20x2, é no balanço orçamentário deste exercício que a receita constará.

Letra D - **errada**. Não temos informações no enunciado que nos permita concluir o fluxo de caixa a ser alocado.

Gabarito: C

24.(FGV/2023/TCE-ES/Auditor de Controle Externo)

No contexto da convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) dispõe sobre orientações para reconhecimento de elementos patrimoniais e de resultado, com reflexo nas demonstrações contábeis.

Conforme tais orientações, em consonância com a natureza da informação patrimonial, uma despesa deve ser reconhecida:

- a) quando da ocorrência do seu fato gerador;
- b) quando cumprir as etapas da execução orçamentária;
- c) quando for autorizada pelo ordenador de despesa;
- d) se houver uma contrapartida em termos de receita gerada;
- e) se a execução orçamentária tiver a devida cobertura financeira.

Comentários

Na natureza patrimonial, a despesa deve ser reconhecida quando da ocorrência do fato gerador, o que nos leva, portanto, à letra A como gabarito. Na natureza orçamentária, por sua vez, a despesa é reconhecida quando do seu empenho.

Gabarito: A

Princípios

25.(FGV/2018/CGM Niterói/Analista)

Leia o fragmento a seguir.

Tem gênese contábil: entre ativos e passivos, o administrador deve, em eventual escolha para seus valores, optar pelos menores para os ativos e maiores para os passivos.



Esta definição se refere ao princípio da(o)

- a) razoabilidade fiscal.
- b) eficiência na Administração Pública.
- c) responsabilidade fiscal.
- d) equilíbrio orçamentário.
- e) prudência na Contabilidade Pública.

Comentários

Ainda que os princípios não venham mais sendo cobrados, tendo em vista a revogação da Resolução, trouxe esta questão pois ela é recente.

A questão está tratando do princípio da prudência, segundo o qual, quando houver alternativas igualmente válidas para a mensuração, deve-se optar pelo menor valor para o ativo e o maior para o passivo.

As demais alternativas não tratam de princípios da contabilidade pública.

Gabarito: E



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

- 1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?**
- 2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?**
- 3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?**
- 4. O que abrange o RCPG?**



- 5. Quem são os usuários primários dos RCPG?**
- 6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?**
- 7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?**
- 10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?**
- 11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?**
- 12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?**
- 13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?**
- 14. Quando uma informação é considerada material?**
- 15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?**
- 16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?**



17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?

18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?

19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?

20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?

Perguntas com respostas

1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

As empresas estatais dependentes são obrigadas a aplicar as normas da CASP. As empresas estatais independentes têm aplicação facultativa ou por determinação dos órgãos fiscalizadores ou controladores.

2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?

Patrimônio Público.

3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?

Nenhum. O RCPG não tem o propósito de atender a finalidade ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários, mas sim de atender às necessidades dos usuários em geral.

4. O que abrange o RCPG?

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, e a apresentação das informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

5. Quem são os usuários primários dos RCPG?

Os usuários dos serviços e os provedores de recursos, bem como os seus representantes.



6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?

Deve prevalecer a norma específica.

7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Relevância, Representação Fidedigna, Compreensibilidade, Tempestividade, Comparabilidade e Verificabilidade.

8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Materialidade, custo-benefício e alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas.

9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?

Quando tem a capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?

A comparabilidade possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.

11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?

Quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?

Tempestividade.

13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?

Verificabilidade.

14. Quando uma informação é considerada material?

Quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.



15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?

Arrecadação.

16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?

Empenho.

17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?

Dizem respeito à execução orçamentária.

18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?

No momento da ocorrência do fato gerador.

19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?

Não necessariamente. A execução orçamentária da despesa e contabilização patrimonial são independentes entre si. A orçamentária ocorre no momento do empenho. A patrimonial no momento da ocorrência do fato gerador da despesa.

20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?

A variação patrimonial aumentativa deve ser reconhecida no momento do lançamento, que é quando ocorre o fato gerador do crédito tributário. A receita orçamentária, por sua vez, é reconhecida quando da arrecadação do imposto.



LISTA DE QUESTÕES



Conceitos, objeto, abrangência e campo de aplicação

1. (FGV/2021/IMBEL/Contador)

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, a informação sobre a situação patrimonial de entidade do setor público possibilita aos usuários identificar os recursos da entidade e as demandas sobre esses recursos na data de divulgação do relatório, o que fornece informação útil como subsídio a avaliações de algumas questões.

Sobre essas questões, analise as afirmativas a seguir.

I. A extensão na qual a administração cumpriu suas obrigações em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.

II. A extensão na qual os recursos estão disponíveis para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e as mudanças durante o exercício relativas ao montante ou à composição desses recursos, bem como as demandas sobre esses recursos.

III. Os montantes e o cronograma de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) III, somente.
- d) I e II, somente.
- e) I, II e III.



2. (FGV/2021/SEFAZ ES/Auditor Fiscal da Receita Estadual)

De acordo com a Resolução CFC NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, assinale a opção que indica os usuários primários do relatório contábil de propósito geral das entidades do setor público.

- a) As entidades de auditoria pública.
- b) As agências reguladoras e supervisoras.
- c) Os órgãos centrais de orçamento e controle.
- d) As entidades prestadoras de recursos e de fomento.
- e) Os cidadãos que recebem os serviços de entidades do setor público.

3. (FGV/2021/TCE-PI/Assistente de Administração)

De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as informações geradas por essas entidades devem ser úteis aos usuários para fins de prestação de contas, e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Os usuários primários dessas informações incluem:

- a) partidos políticos com representação no Poder Legislativo;
- b) provedores de recursos e partidos políticos;
- c) provedores de recursos, usuários dos serviços e Receita Federal;
- d) usuários dos serviços e Ministério Público;
- e) usuários dos serviços, provedores de recursos e membros do Poder Legislativo.

4. (FGV/2018/MPE AL/Auditor do Ministério Público)

Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) fornecem informações aos seus usuários com o objetivo de

- a) subsidiar os processos decisórios relativo aos orçamentos dos exercícios subsequentes, a prestação de contas e a responsabilização (accountability).
- b) verificar o resultado obtido e a prestação de contas e responsabilização (accountability).
- c) verificar o retorno financeiro e subsidiar os processos decisórios relativos aos orçamentos dos exercícios subsequentes.
- d) avaliar a idoneidade e a conduta do governo.



e) assegurar o interesse público de acordo com os objetivos definidos nas políticas públicas.

5. (FGV/2018/MPE AL/Auditor do Ministério Público)

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, os usuários dos relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões.

Essas questões estão listadas abaixo com exceção de uma. Assinale-a:

- a) "A entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz?"
- b) "Quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros"
- c) "Até que ponto há restrições ou condições para a utilização dos recursos disponíveis para gastos futuros"
- d) "A capacidade de a entidade prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores?"
- e) "A quantidade e a qualidade do serviço prestado pela entidade são proporcionais ao volume de tributos cobrados?"

6. (FGV/2018/MPE AL/Auditor do Ministério Público)

Assinale a opção que indica os usuários primários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público.

- a) Os governantes.
- b) Os órgãos reguladores.
- c) A população em geral.
- d) Os investidores e os funcionários.
- e) Os usuários dos serviços e os provedores de recursos.

7. (FGV/2018/ALERO/Analista Legislativo)

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, o objetivo principal da maioria das entidades do setor público é o de

- a) gerar retorno financeiro.
- b) ser auto sustentável.



- c) gerar empregos.
- d) prestar serviços à sociedade.
- e) contribuir para o desenvolvimento do país.

8. (FGV/2018/ALERO/Analista Legislativo)

Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público devem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

Essas informações estão listadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) A conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações.
- b) As atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício.
- c) As expectativas relacionadas às atividades da prestação de serviços e outras atividades no futuro.
- d) As consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- e) As decisões relacionadas a novas contratações.

9. (FGV/2016/IBGE/Analista)

De acordo com as novas definições acerca da Contabilidade Aplicada ao Setor Público dispostas na NBC T 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação, considera-se objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público:

- a) as unidades contábeis;
- b) o ciclo da administração pública;
- c) o fornecimento de informações úteis para a tomada de decisões;
- d) o orçamento público;
- e) o patrimônio das entidades públicas.

10. (FGV/2015/TJ SC/Analista)

Após receber solicitação de um cidadão acerca dos empenhos relativos a obras de engenharia realizados pela entidade em um determinado período em um órgão público,



o contador informou que só iria disponibilizar tais informações no relatório bimestral. Essa prática fere diretamente um dos objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público que é o(a):

- a) controle de custos;
- b) controle financeiro;
- c) acompanhamento da gestão de recursos;
- d) transparência da prestação de contas;
- e) instrumentalização do controle social.

11. (FGV/2015/DPE MT/Contador)

Assinale a opção que indica o objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

- a) Entidades públicas
- b) Demonstrações contábeis
- c) Resultado público
- d) Ativos públicos
- e) Patrimônio público

Características qualitativas

12. (FGV/2024/Prefeitura de São José dos Campos/Analista - Ciências Contábeis)

Uma informação que é disponibilizada aos usuários antes que perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo de sua elaboração e divulgação é uma informação que apresenta a seguinte característica qualitativa:

- a) relevância.
- b) verificabilidade.
- c) compreensibilidade.
- d) comparabilidade.
- e) tempestividade.



13.(FGV/2024/DNIT/Analista Administrativo - Administração)

As características qualitativas da contabilidade pública são atributos que tornam a informação útil para os usuários, fazendo que se alcance os objetivos da informação contábil.

Assinale a opção que indica uma característica que permite aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

- a) Verificabilidade.
- b) Tempestividade.
- c) Comparabilidade.
- d) Materialidade.
- e) Compreensibilidade.

14.(FGV/2024/DNIT/Analista Administrativo - Contabilidade)

Ao analisar o relatório contábil de propósito geral de uma entidade do setor público, um usuário constatou que as informações estavam livres de erros materiais, de modo que não foram observados erros ou omissões relevantes na descrição do fenômeno, e que o processo utilizado para produzir a informação relatada foi aplicado conforme descrito.

Com base nesses atributos, é correto afirmar que as informações apresentadas no relatório observavam a seguinte característica qualitativa:

- a) representação fidedigna.
- b) neutralidade.
- c) relevância.
- d) compreensibilidade.
- e) comparabilidade.

15.(FGV/2018/CM Salvador/Analista Legislativo)

Uma entidade pública estava em negociação para obtenção de empréstimo junto a um organismo financeiro multilateral. O organismo solicitou as demonstrações contábeis e fiscais do ente dos três últimos exercícios financeiros. O objetivo era analisar as informações contábeis quanto ao valor confirmatório e preditivo da capacidade financeira da entidade.

Esse objetivo está diretamente ligado à característica do(a):

- a) comparabilidade;



- b) compreensibilidade;
- c) custo-benefício;
- d) relevância;
- e) representação fidedigna.

16.(FGV/2023/TCE-ES/Auditor de Controle Externo)

No âmbito das entidades da administração pública, o objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão. Para que a informação contábil seja útil, ela precisa apresentar algumas características qualitativas.

Quando se diz que uma informação apresenta relevância, isso significa que:

- a) foi gerada considerando a primazia da essência sobre a forma;
- b) foi gerada para se atingir um resultado particular predeterminado;
- c) não contém erros ou omissões relevantes na descrição do fenômeno;
- d) é capaz de exercer influência em razão de seu valor confirmatório e/ou preditivo;
- e) possui materialidade e custo-benefício compatíveis com os objetivos da entidade.

Regimes Orçamentário e Patrimonial

17.(FGV/2021/TCE-AM/Auditor Técnico de Controle Externo)

Para fins de controle da execução orçamentária, o registro de receitas e despesas segue os dispositivos da Lei nº 4.320/1964. Esses dispositivos orientam que:

- a) despesas que não cumprem todos os estágios de execução são anuladas ao final do exercício;
- b) o empenho de despesa depende da ocorrência do fato gerador;
- c) o regime de reconhecimento da receita é mais restritivo do que o da despesa;
- d) receitas e despesas são reconhecidas com base no mesmo regime;
- e) receitas lançadas e não arrecadadas são incorporadas na estimativa do exercício seguinte.

18.(FGV/2017/IBGE/Analista Censitário)

Uma condição necessária para o reconhecimento de uma receita pública para fins de controle patrimonial, sob o regime de competência, é:



- a) a arrecadação da receita nos cofres públicos;
- b) a previsão da receita no orçamento;
- c) a ocorrência do fato gerador;
- d) o lançamento contábil da receita;
- e) o registro de uma variação patrimonial aumentativa.

19. (FGV/2017/IBGE/Analista - Orçamento e Finanças)

As informações do Quadro a seguir têm origem na execução orçamentária do último exercício de um ente da federação e os valores estão expressos em milhares de reais.

Descrição	Valores
Dotação inicial	26.689.903,00
Dotação atualizada	28.491.775,00
Despesas empenhadas	24.487.589,00
Despesas liquidadas	23.885.743,00
Despesas pagas	21.707.193,00
Saldo da dotação	4.004.186,00

A partir das informações do Quadro, pode-se concluir que a despesa orçamentária executada no período, em milhares de reais, foi de:

- a) 21.707.193,00;
- b) 23.885.743,00;
- c) 24.487.589,00;
- d) 25.711.379,00;
- e) 27.889.929,00.

20. (FGV/2016/MRE/Oficial de Chancelaria)

De acordo com o regime orçamentário vigente no Brasil, previsto na Lei nº 4.320/1964, receitas e despesas devem ser reconhecidas a partir de estágios de execução. Dessa forma, receitas e despesas são consideradas realizadas, para fins orçamentários, respectivamente, quando:

- a) arrecadadas e empenhadas;
- b) arrecadadas e liquidadas;
- c) lançadas e arrecadadas;



- d) lançadas e empenhadas;
- e) liquidadas e pagas.

21. (FGV/2016/Prefeitura de Cuiabá/Auditor Fiscal)

Uma prefeitura apresentava os seguintes saldos em 31/12/2015 (em milhares de reais), referentes ao ano de 2015:

Receita Arrecadada	R\$ 12.000,00
Receita Prevista	R\$ 14.000,00
Despesa Fixada	R\$ 8.500,00
Despesa Empenhada	R\$ 8.000,00
Despesa Paga.....	R\$ 5.000,00
Despesa Liquidada.....	R\$ 7.500,00

De acordo com a Lei nº 4.320/64, o resultado da execução orçamentária, em 31/12/2015, é de

- a) R\$ 4.000,00.
- b) R\$ 4.500,00.
- c) R\$ 5.500,00.
- d) R\$ 6.000,00.
- e) R\$ 6.500,00.

22. (FGV/2015/Prefeitura de Niterói/Contador)

A partir do processo de convergência às normas internacionais, novas diretrizes foram propostas para reconhecimento de elementos patrimoniais e suas variações pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com vistas a oferecer informações mais fidedignas acerca do patrimônio público.

Para apurar e evidenciar os seus reflexos no patrimônio de uma entidade pública, receitas e despesas devem ser reconhecidas por competência, respectivamente, quando:

- a) arrecadadas e empenhadas;
- b) arrecadadas e executadas;
- c) empenhadas e liquidadas;
- d) lançadas e liquidadas;
- e) previstas e realizadas.



23.(FGV/2023/TCE-ES/Conselheiro Substituto)

Um servidor recém-empossado em um ente público foi lotado em uma seção que era responsável pelo controle e registro das receitas do ente ao longo do exercício financeiro. No dia 29/12/20x1 a partir de documentação comprobatória, o servidor executou o lançamento de uma receita orçamentária prevista na LOA no valor de R\$ 100.000,00, cujo prazo de pagamento pelo contribuinte era 15/01/20x2.

Conhecendo as disposições da Lei nº 4.320/1964 e que a receita foi arrecadada no prazo do vencimento, o novo servidor deve considerar que essa receita:

- a) deve constar como realizada no balanço financeiro de 20x1;
- b) não provoca impacto patrimonial no exercício de 20x1;
- c) não constará no balanço orçamentário de 20x1 como receita realizada;
- d) deve ser considerada no fluxo de caixa das atividades de investimento de 20x2;
- e) pode ser considerada como variação patrimonial aumentativa somente no exercício de 20x2.

24.(FGV/2023/TCE-ES/Auditor de Controle Externo)

No contexto da convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) dispõe sobre orientações para reconhecimento de elementos patrimoniais e de resultado, com reflexo nas demonstrações contábeis.

Conforme tais orientações, em consonância com a natureza da informação patrimonial, uma despesa deve ser reconhecida:

- a) quando da ocorrência do seu fato gerador;
- b) quando cumprir as etapas da execução orçamentária;
- c) quando for autorizada pelo ordenador de despesa;
- d) se houver uma contrapartida em termos de receita gerada;
- e) se a execução orçamentária tiver a devida cobertura financeira.

Princípios

25.(FGV/2018/CGM Niterói/Analista)

Leia o fragmento a seguir.

Tem gênese contábil: entre ativos e passivos, o administrador deve, em eventual escolha para seus valores, optar pelos menores para os ativos e maiores para os passivos.



Esta definição se refere ao princípio da(o)

- a) razoabilidade fiscal.
- b) eficiência na Administração Pública.
- c) responsabilidade fiscal.
- d) equilíbrio orçamentário.
- e) prudência na Contabilidade Pública.



GABARITO



1. E	14.A
2. E	15.D
3. E	16.D
4. A	17.C
5. E	18.C
6. E	19.C
7. D	20.A
8. E	21.A
9. E	22.D
10.E	23.C
11.E	24.A
12.E	25.E
13.C	



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei 10.180/2001.

Lei 4.320/64.

NBC TSP Estrutura Conceitual.

Possati, G. *Contabilidade Pública*. Estratégia Concursos.

STN. (2021). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição*.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.